



# CONCURSO PÚBLICO

## PROFESSOR INSTITUTO SUPERIOR

# DIREITO

Data: 19/12/2010

Duração: 3 horas e 30 minutos

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este Caderno, com 60 (sessenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

Português	Conhecimentos Pedagógicos	Conhecimentos Específicos
01 a 10	11 a 25	26 a 60

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo: 

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

**Observações:** Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorridas 2 horas e 30 minutos de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões não serão levados em conta.



**PORTUGUÊS**

Leia o texto a seguir e responda às questões de número 01 a 10.

**A ESCOLHA DE LUTAS E ALIANÇAS**

Alguns temas de pesquisa são facilmente reconhecidos como dignos da atenção das ciências sociais: o comércio internacional, a violência, as desigualdades sociais e econômicas, a educação ou a saúde. Outros exigem explicações mais elaboradas sobre para que servem, devido à distância que parecem guardar dos problemas urgentes que cobram explicações e soluções. Neste quadro, onde se situa a dádiva? Para que serve estudar as trocas de presentes?

O estudo das formas da troca atravessa toda a história da antropologia. Tanta atenção pode parecer despropositada – afinal, trocar presentes é uma prática diluída em nosso cotidiano, que merece em geral pouca reflexão até mesmo por parte de quem os dá ou recebe. Por que então os antropólogos dão tanta atenção à dádiva? O que fazemos efetivamente quando damos ou não damos, quando recebemos ou recusamos um presente?

O antropólogo Claude Lévi-Strauss propôs uma resposta analisando de maneira minimalista uma cena do cotidiano das aldeias francesas. Lá, em restaurantes populares a mesa é posta com uma pequena garrafa de vinho junto a cada lugar. Todas as garrafas têm o mesmo vinho na mesma quantidade. Manda a etiqueta que cada freguês, ao se instalar em seu lugar, sirva a seu companheiro de mesa de sua própria garrafa; este retribui com igual quantidade de seu próprio vinho. Ora, se o vinho é o mesmo e a quantidade também, por que então cada um não bebe de sua garrafa? O que o sujeito está fazendo ao oferecer seu vinho ao outro, ao invés de bebê-lo ele próprio?

Nesta "troca", aparentemente ninguém ganhou ou perdeu. Mas isso só é verdade do ponto de vista estritamente material da quantidade de vinho trocada. Porque, ao optar por dar seu vinho para receber em troca o vinho do outro, os sujeitos entraram em relação. Saíram de um estado de indiferença para um estado de aliança, estabelecendo um vínculo social.

O que ocorreria, contudo, se alguém recusasse o vinho que lhe é oferecido, ou, pior ainda, aceitasse e não retribuísse? Os dois sairiam então de um estado de indiferença para um estado de hostilidade: se alguém me oferece algo e aceito, concordo implicitamente em retribuir, ou seja, aceito me tornar seu parceiro.

Quando alguém me oferece algo e recuso, não recusei apenas o objeto: rejeitei um convite à parceria. E se eu não aceito ser parceiro de quem me escolhe, isso é uma declaração de hostilidade. Ao sair do estado de indiferença (um estado puramente "mítico" em que o outro – ou seja, o social – não existiria), há apenas duas opções: como dizem Mauss e Lévi-Strauss, cada qual a seu modo, só nos resta escolher entre a festa e a guerra. Aquele com quem não troco é aquele contra quem luto.

É por isso que os antropólogos dão tanta atenção ao estudo da dádiva: porque a troca é o fundamento da vida social, em seu sentido último de relação com o outro. E são os rumos desta relação, os fatores que os determinam, as consequências que geram, que fazem a riqueza do estudo da dádiva: por que escolhemos trocar com uns e lutar com outros?

(Maria Cláudia Coelho, *Jornal O Globo*, 11 de novembro de 2010)

01. Segundo o texto, a dádiva pode ser considerada:

- A) tema obviamente concernente à antropologia e a todas as ciências sociais
- B) tema desprovido de explicação acerca do interesse que desperta nos antropólogos
- C) tema que constitui o próprio fundamento da vida em sociedade
- D) em processo recente de estudo na história da antropologia
- E) um tipo de problema urgente, que reclama resolução iminente

02. No 3º parágrafo, a resposta do antropólogo Lévi-Strauss constitui argumento classificado como:

- A) de autoridade
- B) por ilustração
- C) baseado no consenso
- D) baseado em prova concreta
- E) baseado no raciocínio lógico

03. Leia as orações a seguir.

O estudo das formas de troca atravessa toda a história da antropologia.

As formas de troca são múltiplas e interessantes.

Juntando-se as duas orações acima num só período, respeitando-se a correção gramatical, a coesão e coerência textuais, resulta:

- A) As formas de troca em que o estudo atravessa toda a história da antropologia são múltiplas e interessantes.
- B) As formas de troca com que o estudo atravessa toda a história da antropologia são múltiplas e interessantes.
- C) As formas de troca das quais o estudo atravessa toda a história da antropologia são múltiplas e interessantes.
- D) As formas de troca cujo o estudo atravessa toda a história da antropologia são múltiplas e interessantes.
- E) As formas de troca cujo estudo atravessa toda a história da antropologia são múltiplas e interessantes.

04. Quanto aos aspectos relativos aos vocábulos empregados no texto, é correto afirmar que:

- A) Faltou o emprego da conjunção e, obrigatória, na enunciação dos elementos que se seguem à palavra "econômicas" (l. 3)
- B) A omissão da palavra "fatores" depois de "Outros" no segmento "Outros exigem explicação..." (l. 4) compromete a clareza do trecho em que se insere.
- C) O pronome demonstrativo "Neste" (l. 6) deveria ser substituído por "Nesse", pois se trata de emprego de pronome por coesão catafórica.
- D) No segmento "junto a cada lugar..." (l. 19) a preposição em destaque poderia ser substituída pela preposição em, sem prejuízo semântico ou gramatical.
- E) A expressão "ao invés de" (l. 25/26) poderia ser adequadamente substituída por "em vez de", sem prejuízo semântico ou gramatical.

05. O uso das aspas em "troca" (l. 27) e "mítico" (l. 41) ocorreu por:

- A) tratar-se de transcrição
- B) ressaltar o emprego de neologismos
- C) configurar o recurso da ironia
- D) indicar que o emprego do termo não é muito apropriado
- E) realçar incorreção vocabular

06. Quanto ao emprego dos sinais de pontuação, a afirmativa correta é:

- A) Faltou uma vírgula depois da expressão "Manda a etiqueta" (l. 20).
- B) Os dois pontos foram corretamente empregados em "...o objeto: rejeitei um convite..." (l. 39), porque introduzem uma explicação.
- C) O ponto e vírgula poderia ser adequadamente substituído por uma vírgula no trecho "...garrafa; este retribui..." (l. 22).
- D) Deveria ter sido empregada uma vírgula depois da expressão "não troco" (l. 45).
- E) O uso do ponto é incorreto no trecho "...o outro. E são os rumos..." (l. 48), pois não se deve usar ponto antes da conjunção e.

07. Dentre as expressões sublinhadas nos segmentos abaixo, aquela que não tem valor adjetivo é:

- A) Alguns temas..." (l. 1)
- B) Tanta atenção..." (l. 10)
- C) "...prática diluída..." (l. 11)
- D) "...seu próprio vinho..." (l. 23)
- E) "...lhe é oferecido..." (l. 34)

08. No segmento "Aquele com quem não troco é aquele contra quem luto" (l. 44/45), substituindo-se os verbos trocar e lutar, respectivamente, por preferir e desavir-se, obtém-se:

- A) Aquele a quem não prefiro é aquele com quem me desavenho.
- B) Aquele de quem não prefiro é aquele para quem me desavenho.
- C) Aquele por quem não prefiro é aquele contra quem me desavenho.
- D) Aquele do qual não prefiro é aquele para quem me desavenho.
- E) Aquele ao qual não prefiro é aquele de quem me desavenho.

09. A estrutura classificada como apositiva, dentre as apresentadas abaixo, é:

- A) "...Neste quadro, onde se situa a dádiva?" (l. 6/7)
- B) "O antropólogo Claude Lévi-Strauss..." (l. 16)
- C) "...em retribuir, ou seja, aceito..." (l. 37)
- D) "...dizem Mauss e Lévi-Strauss..." (l. 43)
- E) "...determinam, as consequências que geram, que..." (l. 49/50)

10. Há o emprego de expressão expletiva ou de realce no segmento:

- A) "...afinal, trocar presentes é uma prática..." (l. 10/11)
- B) "Lá, em restaurantes populares a mesa é posta..." (l. 18)
- C) "Mas isso só é verdade..." (l. 27/28)
- D) "É por isso que os antropólogos..." (l. 46)
- E) "E são os rumos desta relação, os fatores..." (l. 48/49)

## CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

11. Como afirma o filósofo Luckesi, (1994), "se não escolhermos qual é a nossa filosofia de vida, qual é o sentido que vamos dar à nossa existência, a sociedade na qual vivemos nos dará, nos imporá a sua filosofia. Quem não pensa é pensado por outros!" Na história da humanidade, muitos foram os pensadores e pesquisadores que procuraram dar uma definição, um conceito claro para a Filosofia. São tantas as interpretações que há um emaranhado de conceitos a respeito. Entretanto, uma afirmação é comum em todas as interpretações: todo ser humano tem uma forma de compreender o mundo e a sua realidade próxima. Sob esse ponto de vista, pode-se afirmar que a filosofia é:

- A) somente a interpretação do que já foi vivido
- B) o pensamento que se manifesta apenas como condicionado pelo momento histórico
- C) uma interpretação do mundo e uma força de ação
- D) algo muito difícil, uma atividade intelectual de cientistas e filósofos profissionais
- E) uma ciência de contemplação passiva do homem

12. Segundo Vygotsky (2008), os processos de desenvolvimento não coincidem com os processos de aprendizado. Para ele, aprendizado não é desenvolvimento embora um aprendizado adequadamente organizado resulte em desenvolvimento mental e ponha em movimento vários processos de desenvolvimento. Essa hipótese pressupõe que o aprendizado seja convertido em desenvolvimento. Em sua hipótese, Vygotsky:

- A) desconsidera os estágios do desenvolvimento de Jean Piaget
- B) abandona os processos internos capazes de operar quando a criança interage com outras pessoas
- C) estabelece a unidade, mas não a identidade entre o processo de aprendizagem e o desenvolvimento interno
- D) enfatiza que, no momento em que um aluno domina um conteúdo, seus processos de desenvolvimento estão completos
- E) acredita que pelo uso de testes pode-se determinar o nível de desenvolvimento mental no qual o processo educacional deve se basear e não ultrapassar

13. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), em seu Art.2º, define que a educação é de tríplice natureza: o pleno desenvolvimento do educando; o preparo para o exercício da cidadania; a qualificação para o trabalho. Isso significa que a educação é um processo intencional e deve contribuir para o desenvolvimento psicológico, social, intelectual e político do aluno, possibilitando que o educando se realize, mais tarde, como cidadão na sociedade em que vive. A finalidade da educação brasileira que a LDB propõe para o educando é:

- A) uma formação humana ainda que, por meio do trabalho, o cidadão não contribua para a transformação social, econômica e política
- B) valores pedagógicos descontextualizados da prática social e da vida real
- C) um currículo cuja inspiração são apenas os conteúdos tradicionais trabalhados na escola
- D) a responsabilidade da família no que diz respeito à educação, ao Estado e à dimensão tecnológica do processo ensino-aprendizagem
- E) desenvolvimento harmonioso e progressivo, ser titular de direitos e deveres definidos a partir de uma condição universal, ser estimulado pelo conjunto dos agentes da sala de aula a inserir o aprendizado nas formas de produtividade

14. De acordo com Gadotti (1999), ao falar dos maiores educadores do mundo, é impossível não mencionar Paulo Freire, cuja obra marcou, profundamente, o pensamento pedagógico do século XX. Disse Paulo Freire, em 1974: "Para que uma educação seja válida, toda ação educativa deverá necessariamente ser precedida de uma reflexão sobre o homem, e uma análise profunda do meio da vida concreta daquele que se quer educar, melhor dizendo, daquele que se quer ajudar a se educar. Sem essa reflexão, arriscamos a adotar métodos educativos e agir de tal modo que o educando ficaria reduzido à condição de objeto. Sem a análise do meio cultural e concreto, corremos o risco de realizar uma educação pré-fabricada e castradora". Para termos uma escola que realize seu trabalho com base numa concepção funcional da educação e do ensino, é preciso que:

- A) os adolescentes se comportem bem, obedecendo às normas escolares
- B) o currículo privilegie o aspecto científico das matérias, afastando o trabalho de seu contexto natural
- C) a avaliação trate mais da sobrecarga da memória do que do desenvolvimento da inteligência
- D) o trabalho e as matérias escolares sejam apresentados como instrumentos de ação social
- E) o professor seja encarregado de formar a inteligência e transmitir muitos conhecimentos ao aluno

15. Em Moreira (Org) 1999, abordando a questão das recentes experiências de inovação educativa no Brasil, encontra-se a observação de que as políticas inovadoras em vigor em nossa educação básica se apoiam no tripé: novos parâmetros curriculares, novo sistema nacional de avaliação do que foi aprendido pelo aluno e da capacitação dos professores. Essa, no entanto, é uma concepção de educação que já é dominante na nossa tradição pedagógica e até faz parte da cultura social, e sobre a qual pode-se afirmar que:

- A) É possível operar profundas transformações na escola básica apenas com base em novas propostas curriculares.
- B) As profundas e inovadoras transformações na escola decorrem de referenciais projetados para ela.
- C) A função prioritária da escola se reduz a transmitir conteúdos e avaliar os alunos.
- D) A educação requer redefinição dos critérios de seleção dos conteúdos e desenvolvimento da consciência crítica dos professores.
- E) A prática educativa é consequência dos embates entre os que decidem no governo, os que pensam na academia e os que fazem a educação.

16. O currículo se tece em cada escola com a participação de todos os seus componentes, que trazem a sua cultura, a memória de suas experiências em outras escolas e nos demais espaços do seu cotidiano: família, comunidade, igreja, trabalho e outros. É nessa grande rede que se define "para onde devemos ir", o quê e como fazer, com a contribuição do cotidiano da escola e a história pessoal e social de cada ator do processo. De acordo com a concepção de Nilda Alves (2004), avalie as afirmativas abaixo:

- I- É preciso pensar numa inversão pedagógica dando ênfase às contribuições do viver humano real, com os saberes, sentimentos e interesses trazidos pelo cotidiano de professores e alunos.
- II- O cotidiano escolar é um espaço/tempo que permite a criação de possibilidades, a busca de alternativas, a memória de propostas vividas e refeitas.
- III- Há modos de fazer e de criar conhecimentos diferentes daqueles aprendidos na escola: na modernidade, na ciência, na tecnologia.
- IV- Os conhecimentos são criados não só pelos caminhos consagrados, e precisam ser discutidos constantemente, no cotidiano da escola.
- V- Os únicos conhecimentos importantes e formativos estão verdadeiramente presentes nas disciplinas curriculares de cada série.

As afirmativas corretas são:

- A) I – II – III – IV
- B) I – III – IV – V
- C) II – III – IV – V
- D) I – II – IV – V
- E) I – II – III – V

17. O Decreto 5154, de 23 de julho de 2004, regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O art. 3º do referido decreto diz que: "Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social." Entende-se como itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, com o objetivo de:

- A) facilitar o processo de avaliação do aluno
- B) possibilitar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos
- C) antecipar o término dos cursos para o rápido ingresso no mercado de trabalho
- D) preparar o aluno para o vestibular
- E) estimular a permanência do jovem na escola técnica até o final do curso

18. A prática pedagógica exige do professor o domínio das características nas diversas etapas do desenvolvimento do ser humano. As diferentes etapas demandam diferentes ênfases no currículo, como o aspecto psicomotor, psicológico, histórico, lógico, e outros, e, inclusive, possibilitam a compreensão do comportamento do aluno adulto diante de determinadas situações. O conhecimento dessas etapas exige uma ação intencional do professor a fim de desafiar, contagiar e provocar o interesse e o desejo de aprender do educando, e ajudá-lo na elaboração do conhecimento. O papel do professor deixa de ser o de transmissor de informações e detentor do saber. Analise algumas ações educativas do professor:

- I- provocador da abertura para a aprendizagem
- II- apresentador de meios que direcionem a aprendizagem
- III- motivador do aluno através do uso da nota
- IV- avaliador da caminhada do aluno na relação com o conhecimento
- V- problematizador das situações

São características do educador que tem clareza quanto à intencionalidade de sua prática pedagógica as afirmativas:

- A) I – II – III – IV
- B) I – II – III – V
- C) II – III – IV – V
- D) I – III – IV – V
- E) I – II – IV – V

19. A avaliação, como parte integrante e intrínseca do processo educacional e da prática pedagógica, deve ser utilizada pelo professor como:

- A) um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a ação da escola
- B) os elementos que subsidiam a reflexão contínua sobre a prática e a criação de novos instrumentos de trabalho
- C) um instrumento para o aluno tomar consciência de suas dificuldades e erros
- D) o momento que permite à escola definir prioridades e localizar as ações educacionais que demandam maior apoio
- E) o momento em que a comunidade interfere no processo ensino-aprendizagem a fim de modificá-lo

20. Os Parâmetros Curriculares Nacionais v.1 enfatizam, em sua introdução, que os referenciais de qualidade desejados para a educação brasileira podem ser utilizados em diferentes ações educacionais, entre elas na formação de professores. No capítulo sobre Orientações Didáticas, faz diferentes considerações sobre o trabalho em sala de aula, evidenciando que o ensino não pode ter um padrão único de intervenção, idêntico para todos os alunos. O contexto da sala de aula e a dinâmica dos acontecimentos são variáveis que interferem na prática do professor e alteram o planejamento previsto e o desenrolar das atividades. Essas considerações evidenciam que a prática pedagógica é permeada de questões:

- A) relativas à dificuldade de contar com o apoio institucional no cotidiano
- B) que extrapolam as fronteiras de um tema ou área de conhecimentos
- C) que implicam um processo avaliativo em que a nota é o único canal de comunicação da avaliação ao aluno
- D) que justificam altos índices de repetência
- E) que demonstram que a reprovação é problema do aluno e não do sistema educacional

21. "Uma proposta pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada. Toda proposta contém uma aposta" Kramer (1999). A elaboração da proposta político-pedagógica da escola nasce de uma realidade, é expressão de um projeto maior, político e cultural, e precisa ser construída com a participação dos professores; dos profissionais técnicos e administrativos não docentes, dos alunos – crianças, jovens ou adultos, das famílias e da sociedade em geral. A proposta pedagógica deve apostar na seriedade e na qualidade do processo ensino-aprendizagem e nas mudanças sociais que possa provocar. No entanto, para que isso se torne realidade, é preciso assegurar a existência de algumas condições. Analise as condições apresentadas abaixo.

- I- o estímulo à conquista da autonomia e da cooperatividade
- II- o respeito ao educando nas suas particularidades e diferenças
- III- a priorização de fatores sociais e culturais, relevantes no processo educativo
- IV- o conceito de que uma proposta melhor é análogo a uma proposta nova
- V- o acesso permanente dos professores ao conhecimento produzido na área de educação

As afirmativas que indicam essas condições são:

- A) I – II – III – V
- B) I – II – III – IV
- C) I – II – IV – V
- D) II – III – IV – V
- E) I – III – IV – V

22. O sentido e o valor da educação têm sido pensados e questionados nos últimos séculos, à luz das contribuições da Filosofia e da Sociologia. "Que sentido pode ser dado à educação, como um todo, dentro da sociedade?" conforme indaga Luckesi (1994). Ao longo da prática educacional, três fortes tendências filosófico-políticas procuraram responder a essa pergunta, de acordo com sua compreensão da educação e do seu direcionamento: tendência redentora, tendência reprodutivista e tendência transformadora. A alternativa que contém concepções e características da tendência reprodutivista é:

- A) positivismo, redenção e transformação
- B) integração do indivíduo à sociedade, teoria não crítica da educação e teorias antiautoritárias
- C) comportamentalismo, a escola como aparelho ideológico do estado e tecnicismo
- D) criticidade, percepção da educação dentro de seus condicionantes, mediação
- E) ação pedagógica otimista, reprodutora da sociedade, meio de transformação

23. A LDB 9394/96 propõe a inserção da transdisciplinaridade nos novos currículos, sugerida no momento em que se admite uma parte diversificada para completar a base nacional curricular comum. A educação do século XXI não pode mesmo se fechar num único parâmetro curricular. Estamos na era da informação, da comunicação rápida, da conversa "ao vivo" na internet. A possibilidade de o aluno construir o seu próprio conhecimento, unindo o saber formal da escola ao saber global, exige a renovação e a flexibilidade dos conteúdos. Na prática, a inclusão digital, ao contrário de enterrar os conceitos e os conhecimentos do passado, os valoriza sobremaneira, instigando o aluno a procurar saber mais. Cabe ao professor utilizar esse recurso de forma eficiente. Sobre a inclusão digital no currículo, analise os aspectos abaixo:

- I- oferece modos de aprender em qualquer lugar e tempo
- II- estimula o aluno a se tornar criador de conteúdo
- III- permite o acesso a uma imensa quantidade de conteúdo
- IV- aumenta a dicotomia entre sala de aula e mundo
- V- aumenta a interação professor/aluno

Dentre as possibilidades oferecidas pelo uso do computador no cotidiano da sala de aula, estão:

- A) I – II – III – IV
- B) II – III – IV – V
- C) I – II – III – V
- D) I – III – IV – V
- E) I – II – IV – V

24. O Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA, Lei Federal nº 8069/90, estabeleceu alterações relevantes na visão e na política de atendimento e recuperação das crianças e dos adolescentes brasileiros. Questão já presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as crianças brasileiras, sem distinção de raça, classe social, ou qualquer forma de discriminação, passaram de objeto a «sujeitos de direitos», o que significou uma enorme mudança, especialmente no que tange àqueles que necessitam de medidas de proteção governamental. Considerados pelo ECA em sua «peculiar condição de pessoas em desenvolvimento» e a quem se deve assegurar «prioridade absoluta» na formulação de políticas públicas, o estatuto não preconiza:

- A) a priorização das medidas socioeducativas
- B) a prioridade do direito à convivência familiar e comunitária
- C) a municipalização do atendimento
- D) a integração e a articulação das ações governamentais e não governamentais na política de atendimento
- E) a destinação privilegiada de recursos nas dotações orçamentárias das diversas instâncias político-administrativas do País

25. Segundo Vasconcellos, quando o educador realiza um processo de educação dialética em sua turma, tem oportunidade de estabelecer a contradição entre o conteúdo e os dados que apresenta, e o conhecimento parcial e limitado que o aluno traz a respeito do assunto. Essa contradição enriquece o processo, ajuda a acelerar a construção do conhecimento e possibilita a superação do estágio de conhecimento em que está o aluno. Na metodologia dialética, ao contrário da metodologia expositiva, observa-se que:

- A) os problemas são resolvidos depois da exposição
- B) a exposição dos conteúdos vem em primeiro lugar
- C) a resolução dos problemas é feita de forma mecânica
- D) as informações trazidas pelo educando se revelam na avaliação
- E) a problematização vem em primeiro lugar

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

26. Esculápio, professor, cursando nível superior, inscreve-se para participar de concurso público para ingresso no quadros de magistério de Universidade Federal. O seu requerimento é indeferido vez que o edital exige a comprovação da formatura no dia da inscrição. Inconformado, Esculápio, através de advogado regularmente constituído, impetra Mandado de Segurança contra o ato do Reitor da referida instituição, obtendo medida liminar, que, posteriormente, foi confirmada por sentença.

Diante de tal enunciado, pode-se afirmar:

- A) O Mandado de Segurança foi corretamente impetrado diante da caracterização de direito líquido e certo.
- B) A pretensão de Esculápio seria mais bem atendida através da apresentação de Habeas Data.
- C) No caso concreto, o remédio jurídico cabível seria o Habeas Corpus.
- D) O autor deveria lançar mão do Mandado de Injunção diante da lacuna no edital.
- E) A impetração não poderia ocorrer diante da necessidade de oitiva da autoridade universitária.

27. Mévio, Tício e Caio, amigos de longa data, motivados pelo estudo de filmes históricos e ansiosos por angariar a simpatia dos colegas de bairro, resolvem fundar uma associação, instituindo regras como uso de uniformes, necessidade de submissão à disciplina militar e uso correspondente de nomenclaturas equivalentes às patentes militares. A par disso, impõem o treinamento militar e a obediência aos "comandantes" da organização. Além disso, pugnam pelo deferimento de autorização para porte de arma perante os órgãos oficiais, pretendendo, com isso, reforçar o vínculo associativo e a participação da entidade em reforço aos órgãos oficiais de Segurança Pública.

Diante de tal enunciado, pode-se afirmar:

- A) O direito de associação, protegido pela Constituição, revela caráter absoluto.
- B) Restringe-se o direito de associação quando caracterizado o seu caráter paramilitar.
- C) A sociedade tem o direito de organização, em associações paramilitares, para preencher as lacunas do Estado.
- D) A existência de uniformes, armas, organização militar e obediência não acarreta mácula à associação.
- E) O direito de associação permite a existência de entidades paramilitares.

28. R e R, pessoa jurídica de direito privado, é proprietária de imóvel urbano situado em capital de Estado. A União Federal, pretendendo utilizar o imóvel com finalidade pública, decide iniciar o procedimento de desapropriação, avaliando o imóvel e propondo o pagamento em títulos da dívida agrária.

Diante de tal enunciado, pode-se afirmar:

- A) O direito de propriedade é absoluto, não permitindo a intervenção do Estado.
- B) A desapropriação em tela somente pode ocorrer mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
- C) A pessoa jurídica de direito privado pode optar pela venda a outra entidade pública, nos termos da Constituição.
- D) No caso, está caracterizada a desapropriação-sanção que permite o pagamento conforme enunciado.
- E) O enunciado refere-se à requisição de bem público, para utilização pelo Estado.

29. Rúscio, cidadão brasileiro, resolve empreender viagem de turismo para país estrangeiro. Lá aportando, encanta-se com o regime político local, com a seguridade social, com o sistema de saúde, com a segurança e resolve permanecer. Para não ter problemas com os órgãos de imigração, procura saber as condições para permanência legal e verifica que o caminho único seria a sua naturalização. Após longa reflexão e muitas dúvidas, opta por requerer sua naturalização às autoridades do país estrangeiro, o que lhe é deferido.

Diante de tal enunciado, pode-se afirmar que:

- A) Ao optar pela naturalização em país estrangeiro, Rúscio perde, automaticamente, sua nacionalidade brasileira.
- B) Não há previsibilidade de perda da nacionalidade pelo cidadão brasileiro.
- C) A situação descrita é permitida pelo sistema constitucional brasileiro, pois é imposta pelo estado estrangeiro.
- D) A perda da nacionalidade está relacionada com a aceitação de emprego, comissão ou pensão de governo estrangeiro.
- E) Nenhum dos motivos expostos no enunciado justificam o direito de Rúscio à manutenção da nacionalidade brasileira.

30. Tício é artista de circo, com notável popularidade no interior do país. Após angariar uma pequena fortuna com sua atividade, resolve enveredar pelo campo empresarial, também logrando êxito nessa nova atividade, sendo feliz no lançamento de novos artistas, inclusive cantores populares. Já realizado no campo pessoal, com família formada através do casamento e cinco filhos, resolve apresentar-se como candidato a cargo eletivo, sendo acolhido por partido político regularmente registrado. No curso do processo eleitoral, surge dúvida quanto à escolaridade do candidato, que não possui, efetivamente, qualquer comprovante de escolaridade formal, sendo objeto de processo de impugnação.

Diante de tal enunciado, pode-se afirmar:

- A) Os sistema político brasileiro não exige nível de escolaridade ou de alfabetização para candidatos a cargos políticos eletivos.
- B) Os analfabetos devem, obrigatoriamente, requerer o seu registro, como eleitores.
- C) Comprovado o analfabetismo, considera-se o candidato inelegível.
- D) A Constituição exige o cumprimento do ensino médio para candidatos a cargos políticos eletivos.
- E) A condição de empresário e artista releva a condição de alfabetização.

31. M. Ratatouille é eleito Prefeito do município M. Tendo em vista a ausência de formação técnica, pratica vários atos oficiais sem respaldo em lei formal. Vários desses atos geraram prejuízos aos cofres públicos. Vereadores apontaram as irregularidades, que foram também divulgadas pela mídia local. O quadro relatado provocou a tomada de providências por inúmeros órgãos de controle.

Diante de tal enunciado, pode-se afirmar:

- A) Houve clara ofensa aos princípios da legalidade e da moralidade.
- B) A ausência de lei não caracteriza violação a princípio constitucional pertinente à administração pública.
- C) Somente os eleitores são senhores da fiscalização dos agentes públicos.
- D) Uma das sanções possíveis consiste na prestação de serviço militar gratuito.
- E) A lei não poderá estabelecer prazo de prescrição para ilícitos praticados por agentes públicos.

**32.** Mévio, líder e dirigente da Organização Não Governamental intitulada "Um país melhor" apresenta projeto de lei, por iniciativa popular com o fito de criação de um tribunal da probidade administrativa para julgar um específico caso ocorrido no Estado J. Apresentado à consultoria legislativa, expede-se parecer pela inconstitucionalidade do projeto, que vem a ser arquivado. A referida iniciativa esbarraria no princípio constitucional da:

- A) moralidade
- B) legalidade
- C) publicidade
- D) Juiz natural
- E) Promotor Natural

**33.** Empédocles realizou contrato de fiança bancária para garantir dívida do seu filho Esculápio. Durante o período contratual, parte da dívida restou impaga e Empédocles assumiu a função de devedor em relação à instituição financeira. Diante de dificuldades financeiras, não conseguiu pagar a dívida, tendo procurado a instituição para tentar renegociar o débito, sem sucesso. Após os trâmites legais, o devedor principal e o fiador não foram localizados, tendo o credor requerido judicialmente a prisão de Empédocles. Diante dessas circunstâncias, pode-se afirmar que:

- A) Trata-se de hipótese de prisão civil albergada constitucionalmente.
- B) A prisão civil pode atingir somente o devedor de alimentos e o depositário judicial infiel.
- C) Os fatos permitiriam a prisão do fiador, prevista constitucionalmente.
- D) No caso em tela, não se caracterizam os requisitos da prisão civil.
- E) Caso a fiança fosse renovada sem pagamento anterior, haveria permissivo constitucional para a prisão civil.

**34.** Crésio, fazendeiro, proprietário de imóvel rural com mais de dois mil hectares, metragem que o descaracteriza quer como pequena, quer como média propriedade, sem nenhuma atividade econômica, é surpreendido com a notícia de que a União Federal pretendia vistoriar o referido imóvel para incluí-lo no programa de reforma agrária em curso. Inconformado, maneja medida judicial aduzindo que a medida governamental ofenderia o sagrado direito de propriedade, garantido constitucionalmente, bem como seria inconstitucional a indenização em títulos da dívida agrária com prazo de vinte anos, proposta pelo Governo. Diante dessas circunstâncias, pode-se afirmar que:

- A) A desapropriação, para reforma agrária, impõe prévia indenização em dinheiro.
- B) Em situações excepcionais, é permitida a indenização em títulos do Governo, que podem ser da dívida agrária.
- C) Nessa espécie de desapropriação, as benfeitorias úteis são indenizadas através de títulos públicos.
- D) A função social da propriedade permite que ocorra a desapropriação para reforma agrária no caso vertente.
- E) A situação amolda-se à previsibilidade constitucional de impossibilidade dessa espécie de desapropriação.

**35.** Mévio é cidadão cuja assistência médica é prestada pelo Serviço Único de Saúde (SUS). Em regra, ocorre o fornecimento gratuito de medicamentos, para compor o tratamento da doença portada por Mévio. Ocorre que, em determinado momento do seu tratamento, os remédios não foram fornecidos pelos responsáveis no Município, o que gerou ação judicial para que o fornecimento fosse regularizado por serem medicamentos constantes da lista oficial de fornecimento do Ministério competente. Diante dessas circunstâncias, pode-se afirmar que o enunciado trata de violação ao direito constitucional à(ao):

- A) saúde
- B) idoso
- C) previdência social
- D) lazer
- E) segurança

**36.** Caio, maior absolutamente incapaz, foi interditado judicialmente. Houve a nomeação de representante legal, escolhido dentre os seus familiares. O processo tramitou regularmente sem vícios. Diante dos fatos narrados, pode-se afirmar que:

- A) Trata-se de incapacidade relativa.
- B) O enunciado indica que Caio foi acometido de embriaguez habitual.
- C) Há, claramente, situação de prodigalidade.
- D) A interdição deve ser inscrita em registro público.
- E) A incapacidade em tela cessa pelo casamento.

**37.** Mévio, com vinte anos e dotado de plena capacidade, é informado, por parentes próximos, que uma tia sua havia falecido sem deixar herdeiros necessários e o indicara como herdeiro testamentário. Mévio, afirmando não ter interesse em bens materiais, mas somente naqueles de natureza espiritual, renuncia à herança. Tal ato pode ser considerado:

- A) ônus
- B) direito subjetivo
- C) direito potestativo
- D) situação jurídica
- E) efeito jurídico

**38.** Esculápio, conhecido Deputado Federal, freta um helicóptero para viajar em direção às praias de conhecido Estado brasileiro, vindo a desaparecer em decorrência da queda da aeronave, atingida por descarga elétrica, em pleno vôo, após deparar-se com tempestade tropical. Após buscas incessantes, não houve o resgate do corpo do deputado, o que impediu a lavratura imediata de certidão de óbito. Nessas circunstâncias, deve-se:

- A) requerer o registro civil do desaparecido
- B) proceder à declaração de ausência
- C) requerer a declaração de morte presumida
- D) postular o reconhecimento da incapacidade absoluta
- E) proceder ao registro civil como ausente

**39.** Empédocles é genitor de Esculápio e ambos dirigem-se, de veículo automotor, para viagem de férias. Infelizmente, no curso do trajeto, ocorre colisão que causa o falecimento simultâneo de ambos. Diante dessas circunstâncias, pode-se afirmar a existência de:

- A) morte presumida
- B) ausência
- C) incapacidade absoluta
- D) comoriência
- E) deficiência

**40.** Epicuro, jovem surfista, pretende aderir à rede social que defende o direito de amputação dos membros superiores, como inerte ao seu direito da personalidade. Procura profissional médico que, diante da ausência de qualquer enfermidade, recusa-se a praticar o procedimento postulado pelo paciente. Diante dos fatos narrados, pode-se afirmar:

- A) o direito à disposição do próprio corpo é absoluto
- B) se fosse o caso de doação para transplante estaria o ato amparado juridicamente
- C) mesmo que a disposição do próprio corpo ofendesse os bons costumes, seria possível
- D) tratando-se de ato altruístico, renunciando à parte do próprio corpo, ocorreria autorização legal
- E) sendo ato gratuito, não poderia haver recusa da prática do ato

41. Tício, recém-saído da Universidade, aprovado com louvor em todas as disciplinas, resolve enveredar pelo campo político-partidário. Não sendo acolhido por qualquer dos partidos tradicionais que já contam com quadros capazes para o exercício da atividade política, resolve, com um grupo de amigos, fundar um novo partido político, preenchendo os requisitos legais específicos. No Direito pátrio atual, a natureza do partido político é de pessoa jurídica de direito:

- A) público
- B) misto
- C) associativo
- D) fundacional
- E) privado

42. Empédocles, Esculápio, Mévio e Tício resolvem fundar uma pessoa jurídica, realizando todos os atos legais para a sua regularização, obtendo os registros, inclusive fiscais, competentes. No curso da administração da referida pessoa jurídica, da qual todos participavam em igualdade de condições, subscrevendo os atos de gerência e negociais, foram praticados alguns atos irregulares, considerados fraudulentos, com prejuízos a terceiros. Tais atos não comportaram indenização somente ao patrimônio da pessoa jurídica. Diante do narrado, pode-se assentar que:

- A) Esgotado o patrimônio da pessoa jurídica, não respondem os sócios pelas dívidas produzidas.
- B) No caso em tela, não é possível caracterizar vício a permitir a quebra da personalidade da pessoa jurídica.
- C) O Brasil não admite o levantamento do véu da pessoa jurídica, protegendo os bens pessoais dos sócios.
- D) A pessoa jurídica deve ser extinta diante dos fatos narrados no enunciado, com a irresponsabilidade dos sócios.
- E) É caso de aplicação da desconsideração da pessoa jurídica, atingindo o patrimônio de todos os sócios.

43. Estagirita, residente na rua da Aclimação nº 30, São Paulo/SP, declara em contrato de compra e venda de bem imóvel que, além desse endereço de residência, possui outro situado na rua da Hora nº 15, Centro/SP. Exerce, também, a profissão de enfermeira, no município de Bragança Paulista/SP. Diante do quadro acima, avalie as afirmativas abaixo:

- I- O domicílio de Estagirita é unicamente o localizado na rua da Aclimação.
- II- São domicílios de Estagirita ambos os endereços residenciais.
- III- Para as relações pertinentes à profissão, também é domicílio Bragança Paulista.
- IV- Caso ocorra mudança de residência, modifica-se o domicílio.
- V- O domicílio da pessoa jurídica é o local onde fixar residência, com ânimo definitivo.

Das afirmativas acima, pode-se dizer que:

- A) Somente a de número I é correta.
- B) Somente a de número V é correta.
- C) Somente as de número I e II são corretas.
- D) Somente as de número II, III e IV são corretas.
- E) Somente as de número II, III e V são corretas.

44. K e K, sociedade empresária, adquire cem quilos de maçãs, para comercialização no mercado popular de determinado município fluminense, não recebendo a mercadoria a tempo de apresentá-la no evento festivo que antecedeu a comercialização. Diante disso, os bens não foram consumidos, causando prejuízo à empresa adquirente que, reconhecendo a sua responsabilidade, remeteu mais cem quilos de maçãs para a empresa, sem custo de aquisição. Em relação aos bens referidos, quanto à sua classificação, pode-se dizer que são:

- A) fungíveis
- B) intransferíveis
- C) inconsumíveis
- D) etéreos
- E) possíveis

45. Catilina construiu, nos fundos do seu imóvel residencial, uma portentosa piscina, com medidas equiparáveis aos padrões olímpicos, capaz de abrigar sua numerosa família, composta de dez irmãos, esposa, cinco filhos, bem como demais parentes. Edificou, em conjunto, extensa área de lazer, com campo de futebol e churrasqueira. Também realizou a construção de banheiros, com piso de mármore e pias recobertas de ouro, bem como lustres de cristal. Quanto ao piso de mármore e pias recobertas de ouro, consoante a classificação dos bens, pode-se afirmar que são:

- A) luxuosos
- B) jeitosos
- C) voluptuários
- D) percipiendos
- E) de uso especial

46. Em termos de competência sobre a legislação ambiental, pode-se afirmar, com assento constitucional, que:

- A) Cabe aos estados a legislação sobre águas e energia.
- B) É competência local, portanto, dos municípios, a legislação sobre águas.
- C) Tendo em vista a centralização tradicional do Brasil, a competência sobre águas e energia é do Distrito Federal.
- D) Os temas águas e energia são de competência da União.
- E) Trata-se de temas de rara importância e, portanto, concorrem todas as pessoas jurídicas de direito público.

47. No texto constitucional, verifica-se a fixação de competências quanto à proteção do meio ambiente e combate à poluição. Tal competência é:

- A) comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios
- B) exclusiva da União Federal
- C) comum dos Estados e Municípios
- D) exclusiva dos Estados
- E) comum à União e ao Distrito Federal

48. O direito ao meio ambiente foi incorporado ao patrimônio público pela Constituição Federal. Nesses termos, sua natureza é de bem de uso:

- A) especial
- B) privilegiado
- C) comum
- D) privado
- E) misto

49. Cumprindo preceito constitucional, foi editada lei que organizou o regime jurídico das Unidades de Conservação da Natureza, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Um dos objetivos do Sistema é:

- A) proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica
- B) descartar ecossistemas degradados, de pouco potencial econômico
- C) promover o turismo com incentivo às competições com veículos automotores
- D) explorar economicamente os recursos naturais, promovendo a participação de grandes empresas
- E) proteger os interesses das comunidades urbanas em detrimento das populações tradicionais

50. Podem ser consideradas unidades de conservação de proteção integral, constantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação:

- A) Estação Ecológica e Refúgio de Vida Vegetal
- B) Monumento Natural e Parque Nacional
- C) Estação da Biodiversidade e Jardim Zoológico
- D) Parque Aquático e Reserva Biológica
- E) Refúgio de Vida Silvestre e Santuário Ecológico Nacional

51. Compondo o Grupo das Unidades de Uso Sustentável, as Reservas Extrativistas têm regramento peculiar, sendo algumas das suas características:

- A) É de domínio particular, explorada por empresas ou indivíduos, com finalidades lucrativas.
- B) É gerida por um Conselho Deliberativo composto, dentre outros membros, por integrantes de populações tradicionais residentes na área.
- C) É de domínio público, não podendo ocorrer sua exploração, salvo autorização especial do Ministro do Meio Ambiente.
- D) Não é permitida a visitação pública, para evitar transtornos ao ecossistema.
- E) Não é possível a pesquisa científica, com o fito de proteger os mananciais.

52. Uma das valiosas inovações que ocorreram com a organização do regime jurídico das Unidades de Conservação foi a instituição das denominadas Reservas da Biosfera, sobre as quais é correto afirmar que:

- A) Podem ser constituídas somente por propriedades públicas.
- B) São relacionadas exclusivamente à proteção do bioma amazônico.
- C) São reconhecidas pelo programa "O Homem e a Biosfera - MAB", estabelecido pela UNESCO.
- D) Não têm vínculo com unidades de conservação já criadas pelo Poder Público.
- E) Dependem, para instituição, de financiamento privado, notadamente de bancos de desenvolvimento.

53. Na busca da proteção ao ambiente ecologicamente equilibrado, normas de proteção, inseridas no Código Florestal, consideram como de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas a:

- A) permitir a erosão das terras e fixar as dunas
- B) asilar exemplares da fauna ameaçados de extinção
- C) auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades civis
- D) formação de territórios urbanos limítrofes às praias
- E) garantir a sobrevivência cultural das populações tradicionais da área

54. O desenvolvimento econômico no campo da agricultura tem motivado diversas empresas a investir em áreas rurais com o intuito de produzir madeira, através de florestas plantadas com objetivos econômicos. À luz das normas do Código Florestal, pode-se afirmar sobre esse tema:

- A) É permitida a exploração madeireira, mas não a fabricação de carvão.
- B) Não é possível a extração de lenha.
- C) O regramento é assemelhado às áreas de preservação permanente.
- D) A fabricação de carvão ou outro produto florestal é livre.
- E) A extração de madeira depende de certificação do órgão fiscalizador ambiental.

55. A Organização Não Governamental Todos pela Natureza foi instituída com propósitos de proteção à fauna e flora nacionais, tendo sido comunicado, por um dos seus membros, que haveria grave dano a ser perpetrado contra a Floresta Nacional, com danos possíveis a espécies em extinção. Diante desse quadro, propôs o remédio judicial cabível à espécie, requerendo ampla produção de provas, inclusive periciais. O meio adotado para buscar resolver a questão foi:

- A) mandado de segurança coletivo
- B) mandado de segurança individual
- C) ação civil pública
- D) ação popular
- E) ação penal

56. A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) é órgão de relevância no plano do Direito da Informática, notadamente quanto à proteção da propriedade intelectual. Mais recentemente, o referido órgão adotou um comportamento ativo na resolução de conflitos, que pode ser realizado mediante:

- A) reuniões entre as partes
- B) perícia específica
- C) cláusulas de recomendação
- D) arbitragem
- E) indicação de Cortes especializadas

57. O desenvolvimento da informática é atribuído em muito ao avanço nos denominados programas que, ao lado do aparecimento de computadores dotados de maior complexidade, causaram enorme fluxo de informações sem controle estatal. As regras de proteção aos software são menos rígidas, dentre as quais figura a possibilidade de tutela sem a necessidade do seu registro. No entanto, no Brasil, é possível que o autor intelectual do programa possa praticar tal ato, se o desejar. Nesse caso, pode-se afirmar que ele ocorrerá no(a):

- A) Biblioteca Nacional
- B) Ordem dos Músicos
- C) Instituto Nacional de Propriedade Industrial
- D) Inmetro
- E) Ministério da Ciência e Tecnologia

58. A comercialização dos programas de computador constitui um problema de âmbito mundial, notadamente pelo aparecimento e utilização das denominadas cópias não autorizadas ou "piratas". No sistema brasileiro, o uso de programa de computador está sujeito ao instituto jurídico da:

- A) cessão
- B) empréstimo
- C) licença
- D) universalidade
- E) economicidade

59. No campo do Direito da Informática, é fato comum a existência de transferência de tecnologia para a produção de programas de computador. Nos termos da legislação específica, para que ocorram efeitos em relação a terceiros, pode-se afirmar que:

- A) Haverá registro no cartório de títulos e documentos.
- B) Ocorrerá lavratura de escritura pública.
- C) Não há necessidade de registro.
- D) Será realizado registro na Biblioteca Nacional de instrumento público ou particular.
- E) Haverá registro no INPI.

60. No campo repressivo, a lei que rege os programas de computador estabelece sanções de índole penal, bem como meios para garantir a eficácia dos efeitos da futura sentença penal condenatória, dentre os quais se pode referir:

- A) o sequestro dos bens pirateados
- B) a busca e apreensão dos bens
- C) o arresto dos bens
- D) o atentado em relação aos bens
- E) o arrolamento dos bens